Aviso de contumácia n.º 1083/2005 — AP. — A Dr.ª Teresa Sandiães, juíza de direito do 3.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Oeiras, faz saber que no processo comum (tribunal colectivo) n.º 430/00.8TAOER, pendente neste Tribunal contra o arguido Manuel Rodrigues Lousada, filho de José Manuel Lousada e de Marcelina da Conceição Rodrigues, de nacionalidade portuguesa, nascido em 10 de Novembro de 1965, divorciado, com domicílio na Rua do Monte do Castro, 9, rés-do-chão, Bragança, por se encontrar acusado da prática de um crime de burla simples, previsto e punido pelo artigo 217.º do Código Penal, e um crime de falsificação de documento, previsto e punido pelo artigo 256.º do Código Penal, praticado em 27 de Novembro de 1999, foi o mesmo declarado contumaz, em 8 de Outubro de 2004, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, terá os seguintes efeitos: suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal; anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração; proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

23 de Novembro de 2004. — A Juíza de Direito, *Teresa Sandiães*. — A Oficial de Justiça, *Anabela Monterde*.

Aviso de contumácia n.º 1084/2005 — AP. — A Dr.ª Teresa Sandiães, juíza de direito do 3.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Oeiras, faz saber que neste Tribunal correm uns autos de processo comum (tribunal colectivo) n.º 643/95.2PEOER-A, separados por força do disposto nos artigos 335.º, n.º 4 e 30.º, n.º 1, alínea *d*), ambos do Código de Processo Penal, do processo comum (tribunal colectivo) n.º 643/95.2PEOER, que corre termos neste Juízo, onde foi declarado contumaz, desde 24 de Maio de 2002, o arguido Mário Jorge de Oliveira Vieira, filho de Domingos Fernandes Vieira e de Maria Filomena Martinho de Oliveira, natural da Pena, Lisboa, nascido em 27 de Novembro de 1968, casado, titular do bilhete de identidade n.º 10008255, com domicílio na Rua de Joaquim Matias, lote 61, 3.º, direito, Ribeira da Lage, por se encontrar acusado da prática do crime de furto qualificado, previsto e punido pelos artigos 296.º e 297.º, n.º 2, alíneas *c*) e *d*), do Código Penal de 1982, por despacho de 26 de Novembro de 2004, proferido nos presentes autos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação.

29 de Novembro de 2004. — A Juíza de Direito, *Teresa Sandiães*. — A Oficial de Justiça, *Anabela Monterde*.

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE OLHÃO DA RESTAURAÇÃO

Aviso de contumácia n.º 1085/2005 — AP. — A Dr.ª Arménia Cristina de Sá Albergaria Giro, juíza de direito do 3.º Juízo do Tribunal da Comarca de Olhão da Restauração, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 141/99.5TAOLH, pendente neste Tribunal contra a arguida Ana Cristina Belchior Leite, filha de Caetano da Silva Leite e de Mariana do Carmo Troncão Belchior, natural da freguesia de São Sebastião, concelho de Setúbal, de nacionalidade portuguesa, nascida em 24 de Agosto de 1974, titular do bilhete de identidade n.º 10371628, com domicílio na Rua do Bairro Afonso Costa, 7, 3.º, direito, 2900-414 Setúbal, por se encontrar acusada da prática do crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido nos termos dos artigos 11.º, n.º 1, alínea *a*), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, por despacho de 17 de Novembro de 2004, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal.

18 de Novembro de 2004. — A Juíza de Direito, *Arménia Cristina de Sá Albergaria Giro*. — A Oficial de Justiça, *Luisa Maria Rodrigues Cláudio*.

1.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS

Aviso de contumácia n.º 1086/2005 — AP. — A Dr.ª Ângela Faria, juíza de direito do 1.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Oliveira de Azeméis, faz saber

que no processo comum (tribunal singular) n.º 140/03.4GCSJM, pendente neste Tribunal contra o arguido Carlos Manuel Ferreira da Silva, filho de Paulino da Silva Henriques e de Maria Olímpia de Pina Ferreira, natural de Oliveira de Azeméis, de nacionalidade portuguesa, nascido em 17 de Outubro de 1984, titular do bilhete de identidade n.º 12725258, com domicílio no lugar da Costa, Santiago Riba UI, 3720 Santiago de Riba UI, por se encontrar acusado da prática de um crime de ofensa à integridade física simples, previsto e punido pelos artigos 26.º e 143.º do Código Penal, praticado em 28 de Abril de 2003, foi o mesmo declarado contumaz, em 16 de Novembro de 2004, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: suspensão imediata dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades ou repartições públicas, designadamente o bilhete de identidade, o passaporte e a carta de condução.

19 de Novembro de 2004. — A Juíza de Direito, *Ângela Faria*. — A Oficial de Justiça, *Cândida Góis*.

Aviso de contumácia n.º 1087/2005 — AP. — A Dr.ª Ângela Faria, juíza de direito do 1.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Oliveira de Azeméis, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 371/94.6TBOAZ, (anteriormente era o processo n.º 897/94, deste Juízo), pendente neste Tribunal contra a arguida Deolinda Maria Gomes de Jesus, filha de Joaquim Dias Correia e de Idalina Gomes Correia, natural de Ovar, de nacionalidade portuguesa, nascida em 22 de Dezembro de 1966, solteira, titular do bilhete de identidade n.º 7659400, ausente em parte incerta de França, por se encontrar acusada da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, praticado em 30 de Novembro de 1993, por despacho de 26 de Outubro de 2004, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal.

22 de Novembro de 2004. — A Juíza de Direito, *Ângela Faria*. — A Oficial de Justiça, *Cândida Góis*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE OLIVEIRA DO BAIRRO

Aviso de contumácia n.º 1088/2005 — AP. — O Dr. Pedro José Esteves de Brito, juiz de direito da secção única do Tribunal da Comarca de Oliveira do Bairro, faz saber que no processo comum (tribunal colectivo) n.º 61/97.8TBOBR, pendente neste Tribunal contra o arguido Júlio Manuel Simões Marques Malta, filho de João Domingos Malta e de Maria Conceição Simões Marques, natural da freguesia de Requeixo, concelho de Aveiro, nascido em 6 de Agosto de 1970, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 9682684, do Arquivo de Identificação de Aveiro, com residência conhecida na Rua do Norte, 61, Gafanha D'Aquém, Ílhavo, é-lhe imputada a prática, em autoria material e concurso real, de um crime de furto qualificado, previsto e punido pelas disposições conjugadas dos artigos 203.º, n.º 1, e 204.º, n.º 1, alínea *f*), do Código Penal; de um crime de falsificação de documento, previsto e punido pelo artigo 256.º, n.º 1, alínea *a*), e 3, do Código Penal, e de um crime de burla, previsto e punido pelo artigo 217.º, n.º 1, do Código Penal, por despacho de 18 de Novembro de 2004, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, que lhe havia sido imposta por despacho de 21 de Novembro de 2001.

30 de Novembro de 2004. — O Juiz de Direito, *Pedro José Esteves de Brito*. — A Oficial de Justiça, *Maria de Lurdes Pinhal Marques*.

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE OURÉM

Aviso de contumácia n.º 1089/2005 — AP. — A Dr.ª Ana Paula Batista, juíza de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Ourém, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 41/03.6TAVNO, pendente neste Tribunal contra o arguido Luciano Duarte Simões, filho de João Maria Ferreira de Sá e de Maria da Piedade Simões, natural da Sé Nova, Coimbra, de nacionalidade portuguesa, nascido em 30 de Setembro de 1959, solteiro, titular do

bilhete de identidade n.º 6737361, com domicílio na Rua de José Luís de Morais, lote 25, 2.º, esquerdo, 2685-000 Sacavém, por se encontrar acusado da prática de um crime de desobediência, previsto e punido pelo artigo 348.º, n.º 1, alínea b), do Código Penal, praticado em 8 de Fevereiro de 2003, foi o mesmo declarado contumaz, em 19 de Novembro de 2004, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a passagem imediata de mandados de detenção do arguido, para efeitos do disposto no artigo 336.º, n.º 2, do Código de Processo Penal; anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial por si celebrados, após esta declaração; por se relevar necessário para desmotivar a situação de contumácia decreta-se a proibição de o arguido obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e o arresto nas contas bancárias que o arguido seja titular.

24 de Novembro de 2004. — A Juíza de Direito, *Ana Paula Batista*. — O Oficial de Justiça, *Luís Manuel Gonçalves Ferreira*.

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE OURÉM

Aviso de contumácia n.º 1090/2005 — AP. — O Dr. Jorge Manuel Simões S. Almeida, juiz de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Ourém, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 255/02.6PBVNO, pendente neste Tribunal contra o arguido Erasmo Hildeberto Gomes Nunes, filho de Alfredo Nunes e de Gregória A. Gomes Nunes, de nacionalidade guineense, nascido em 15 de Setembro de 1971, solteiro, com domicílio na Rua da Imaculada Conceição, 1, 5.º, direito, Moita Redonda, 2495-000 Fátima, por se encontrar acusado da prática de um crime de abuso de confiança, previsto e punido pelo artigo 205.º do Código Penal, praticado em 3 de Agosto de 2002, foi o mesmo declarado contumaz, em 10 de Novembro de 2004, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal; anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração, e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

23 de Novembro de 2004. — O Juiz de Direito, *Jorge Manuel Simões S. Almeida*. — A Oficial de Justiça, *Paula P. Marques*.

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE OVAR

Aviso de contumácia n.º 1091/2005 — AP. — A Dr.ª Isilda Maria Correia de Pinho, juíza de direito do 3.º Juízo do Tribunal da Comarca de Ovar, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 468/98.3GCOVR, pendente neste Tribunal contra o arguido Nuno Alexandre Oliveira Fonseca, filho de Joaquim Fernando Barbosa Fonseca e de Maria Leonor Coelho e Silva Oliveira Fonseca, natural da freguesia de Paranhos, concelho do Porto, de nacionalidade portuguesa, nascido em 6 de Maio de 1971, casado, titular do bilhete de identidade n.º 9890015, emitido em 29 de Novembro de 2002, por Lisboa, com domicílio na Rua Nova de Corim, 531, 1.º, Águas Santas, 4470 Águas Santas, Maia, por se encontrar acusado da prática do crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 3.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro de 2004, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por ter sido declarada perdoada ao arguido a totalidade da pena de prisão aplicada, ao abrigo do disposto no artigo 1.º, n.ºs 1 e 3, da Lei n.º 29/99, de 12 de Maio.

2 de Fevereiro de 2004. — A Juíza de Direito, *Isilda Maria Correia de Pinho*. — O Oficial de Justiça, *Justino T. Oliveira Araújo*.

Aviso de contumácia n.º 1092/2005 — AP. — A Dr.ª Isilda Maria Correia de Pinho, juíza de direito do 3.º Juízo do Tribunal da Comarca de Ovar, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 4/98.ITBOVR, pendente neste Tribunal contra o arguido Fernando Hipólito Dias Pinto Silva Santiago, filho de António da Silva Santiago e de Teresa Dias Pinto Santiago, nascido em 2 de Outubro de 1968, casado, de profissão manequins, vendedores e

demonstradores, titular do bilhete de identidade n.º 9056387, com domicílio na Rua de André de Resende, 252, 2.º, direito, 4050-000 Porto, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, praticado em 3 de Agosto de 1998, por despacho de 23 de Novembro de 2004, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por o arguido se ter apresentado em Juízo e pago a multa em que foi condenado.

23 de Novembro de 2004. — A Juíza de Direito, *Isilda Maria Correia de Pinho*. — O Oficial de Justiça, *Justino T. Oliveira Araújo*.

Aviso de contumácia n.º 1093/2005 — AP. — A Dr.ª Isilda Maria Correia de Pinho, juíza de direito do 3.º Juízo do Tribunal da Comarca de Ovar, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 369/02.2PAOVR, pendente neste Tribunal contra o arguido Mário Rui Ferreira Cunha, filho de Avelino Cunha e de Rosária Ferreira da Silva, natural de Paranhos, Porto, de nacionalidade portuguesa, nascido em 5 de Novembro de 1974, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 12470130, com domicílio na Rua dos Escrivães das Companhas, 133, Furdouro, 3880-000 Ovar, o qual se encontra acusado, por sentença de 21 de Novembro de 2003, transitada em julgado em 16 de Dezembro de 2003, pela prática dos seguintes crimes: um crime de ofensa à integridade física simples, previsto e punido pelo artigo 143.º, n.º 1, do Código Penal, praticado em 11 de Junho de 2002; um crime de injúria, previsto e punido pelo artigo 181.º do Código Penal, praticado em 11 de Junho de 2002, e um crime de dano simples, previsto e punido pelo artigo 212.º do Código Penal, praticado em 11 de Junho de 2002, por despacho de 26 de Novembro de 2004, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por ter sido detido.

29 de Novembro de 2004. — A Juíza de Direito, *Isilda Maria Correia de Pinho*. — A Oficial de Justiça, *Adília Afonso*.

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE PAÇOS DE FERREIRA

Aviso de contumácia n.º 1094/2005 — AP. — O Dr. Hugo Silva P. A. Meireles, juiz de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Paços de Ferreira, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 658/00.0GAPFR, pendente neste Tribunal contra o arguido Hélder Fernando da Silva Barros, filho de Fernando da Costa Barros e de Guilhermina Carvalho da Silva, nascido em 18 de Março de 1980, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 12377234, com domicílio em Giesta, Vilela, 4580 Paredes, pela prática dos seguintes crimes: um crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelos artigos 3, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, e 121.º e 122.º do Código da Estrada, praticado em 22 de Dezembro de 2000, e um crime de furto qualificado (em residência, com arrombamento, escalamento, chaves falsas), previsto e punido pelos artigos 203, n.º 1, e 204.º, n.º 1, alínea f), do Código Penal, praticado em 22 de Novembro de 2000, por despacho de 12 de Novembro de 2004, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por motivo de apresentação.

18 de Novembro de 2004. — O Juiz de Direito, *Hugo Silva P. A. Meireles*. — A Oficial de Justiça, *Lídia Martins*.

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE PAÇOS DE FERREIRA

Aviso de contumácia n.º 1095/2005 — AP. — O Dr. Gonçalo Oliveira Magalhães, juiz de direito do 3.º Juízo do Tribunal da Comarca de Paços de Ferreira, faz saber que no processo comum (tribunal colectivo) n.º 162/99.8GAPFR, separados por força do disposto nos artigos 335.º, n.º 4 e 30.º, n.º 1, alínea d), ambos do Código de Processo Penal, do processo comum (tribunal colectivo) onde foi declarada contumaz a arguida Maria do Céu Almeida Martins Pinho, filha de Baltazar de Almeida Pinho e de Júlia de Almeida Martins, nascida em 1 de Junho de 1967, titular do bilhete de identidade n.º 9492590, com domicílio na Rua do Dr. Farinhote, 1180, 3.º, esquerdo, Moreira da Maia, 4470 Maia, por se encontrar acusa-